



A carta, preparação 43 para o entendimento

AGÊNCIA ESTADO

A negociação governo a governo, proposta na carta que o presidente Figueiredo enviou ao presidente Reagan, em resposta à carta recebida do chefe do governo americano, insere-se no esforço de preparar condições globais que favoreçam as negociações técnicas, que se desenvolverão obrigatoriamente no nível bilateral, entre o Brasil e seus credores — os bancos internacionais, o Fundo Monetário Internacional e o Clube de Paris.

A observação foi feita ontem, em Brasília, pelo chefe da assessoria internacional do Ministério do Planejamento, embaixador José Botafogo Gonçalves, para quem a carta do presidente Figueiredo dá sequência às iniciativas mais recentes, como o protesto dos quatro presidentes da Argentina, Bolívia, Colômbia e México, contra a alta dos juros externos, a comunicação aos sete industrializados que se reuniram em Londres e o encontro dos 11, em Cartagena, na Colômbia.

Botafogo acrescentou que esses esforços de negociação terão prosseguimento, com nova reunião dos latino-americanos, em setembro, em Buenos Aires. O encontro do grupo dos 24 e a assembléia geral conjunta do Banco Mundial e do FMI serão também em setembro.

O embaixador explicou que a negociação política sempre existiu, dentro de sua área própria, e que a cada momento poderá surgir uma iniciativa nova, dentro do esforço comum, para que sejam encontradas alternativas capazes de melhor viabilizar as negociações bilaterais de natureza técnica, ou seja, a discussão sobre o refinanciamento da dívida junto aos credores.

RECONHECIMENTO

Boris Tabacof, vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose em São Paulo, foi um dos que elogiaram o presidente, dizendo que "a carta significa que o governo brasileiro reconheceu uma evidência: o problema da dívida é muito mais político que econômico e por isso não pode ser tratado exclusivamente com banqueiros internacionais e com o FMI".

Opinião semelhante tem Lawrence Pin, diretor do Moinho Pacífico, para quem a carta de Figueiredo ao presidente dos EUA mostra a disposição do Brasil de negociar a nível político. O empresário afirma, no entanto, que a manifestação do presidente brasileiro terá poucos resultados práticos, "porque este é um ano eleitoral nos Estados Unidos, e por isso o governo norte-americano vai esperar para tomar atitude".

PRESSÃO POLÍTICA

O professor de Economia e diretor da Corretora Levy, Roberto Castello Branco, afirmou ontem, no Rio, que a pressão política realizada pelo presidente Figueiredo junto ao presidente dos Estados Unidos é indispensável para os países endividados, porque a solução não pode ficar restrita somente aos países devedores e a comunidade financeira internacional.

Castello Branco mostrou que os cinco maiores devedores da América Latina, Brasil, México, Argentina, Venezuela e Chile, juntos, passaram de um déficit de US\$ 30 bilhões em 1981 para um superávit de US\$ 2 bilhões no ano passado, realizando um enorme esforço de ajustamento que tem sido sistematicamente perdido porque os Estados Unidos nada têm feito para superar seu próprio déficit e arrumar sua casa. Dessa forma, com a alta dos juros nos mercados internacionais, os esforços dos países endividados são inúteis.

O empresário Sérgio Quintella, diretor vice-presidente da Montreal Engenharia, também considerou correto e muito importante o esforço que o presidente Figueiredo vem retomando, através do Itamaraty, para a solução do problema da dívida externa, negociando diretamente com o presidente Reagan dentro da linha política iniciada com seu pronunciamento na ONU e que não devia ser abandonado.

Sérgio Quintella acha que o problema do endividamento tem de ser tratado de forma política entre as nações e não entre a comunidade financeira internacional e os países devedores: "Porque a aritmética da dívida externa é impossível de ser realizada e os próprios banqueiros norte-americanos querem uma solução política".